



A (IM)POSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA À LUZ DOS TRIBUNAIS E AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

THE (IM)POSSIBILITY OF DECONSTITUTION OF SOCIO-AFFECTIVE AFFILIATION IN THE LIGHT OF THE COURTS AND THE HIGHER COURT OF JUSTICE

Taís Fátima Barp¹
Jandir Ademar Schmidt²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar a viabilidade jurídica da (im)possibilidade de desconstituição da paternidade socioafetiva à luz das interpretações doutrinárias e jurisprudenciais. Para isso, foram explorados aspectos como o conceito e a evolução histórica da filiação, destacando a influência da afetividade no reconhecimento da paternidade socioafetiva e sua valorização nas relações familiares. Ademais, realizou-se uma análise da concepção jurídica atual sobre filiação e de como o ordenamento jurídico brasileiro tem tratado a desvinculação desse tipo de paternidade nos dias atuais. O estudo adota uma abordagem descritiva, com revisão bibliográfica, e utiliza o método dedutivo ao propor uma reflexão a partir de princípios jurídicos estabelecidos. A paternidade socioafetiva refere-se ao vínculo formado entre um indivíduo e uma criança com base no afeto e no cuidado, independentemente de laços biológicos. Nesse contexto, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm reconhecido a crescente relevância desse tipo de paternidade para o bem-estar da criança, o que resulta na prevalência da proteção à prole e na impossibilidade de desconstituição da paternidade socioafetiva, devido aos prejuízos que tal medida poderia causar ao menor.

Palavras-chave: desconstituição; filiação; socioafetiva.

ABSTRACT

This article aims to analyze the legal feasibility of the (im)possibility of undoing socio-affective parenthood, in light of doctrinal and jurisprudential interpretations. To this end, aspects such as the concept and historical evolution of parenthood were explored, highlighting the influence of affectivity in the recognition of socio-affective parenthood and its increasing value in family relationships. In addition, an analysis was carried out

¹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade do Contestado (UNC). Campus Concórdia. Santa Catarina. Brasil. E-mail: tais.barp@aluno.unc.br

²Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado de Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Advogado e Professor do Curso de Direito da Universidade do Contestado (UNC). Campus Concórdia. Santa Catarina. Brasil. E-mail: jandir@unc.br

on the current legal understanding of parenthood and how the Brazilian legal system has addressed the issue of severing this type of parenthood in contemporary times. The study adopts a descriptive approach, with a bibliographic review, and uses the deductive method by reflecting on established legal principles. Socio-affective parenthood refers to the bond formed between an individual and a child based on affection and care, regardless of biological ties. In this context, both doctrine and jurisprudência have increasingly preconize the importance of this type of parenthood for the child's well-being, resulting in the prevalence of child protection and the impossibility of undoing socio-affective parenthood, given the harm that such an action could cause to the minor.

Keywords: undoing; parenthood; socio-affective.

Artigo recebido em: 15/08/2024

Artigo aceito em: 30/10/2024

Artigo publicado em: 11/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.3.5564>

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a (im)possibilidade de desconstituição da paternidade socioafetiva, focando no posicionamento da doutrina e, especialmente, da jurisprudência brasileira, incluindo os Tribunais Superiores, sobre o desfazimento do vínculo formado a partir de laços afetivos. A paternidade socioafetiva, uma evolução no entendimento jurídico das relações familiares, reconhece a relevância de vínculos parentais estabelecidos não apenas por laços biológicos, mas também por aspectos afetivos e sociais, compreendendo que a relação entre pai e filho vai além da genética, englobando convivência, cuidado e afeto.

Esse conceito reflete uma mudança significativa na visão de parentalidade, priorizando as relações construídas no ambiente familiar e seu impacto na formação da identidade e no desenvolvimento emocional da criança. Com isso, a legislação e os tribunais têm dado reconhecimento jurídico a esses laços, assegurando uma proteção mais abrangente à criança, que vai além da ascendência genética.

No entanto, surge o questionamento sobre se, uma vez consolidada a paternidade socioafetiva, seria possível ou adequado desfazê-la. Para responder a essa questão, o estudo propõe: (1) contextualizar a paternidade socioafetiva, abordando seu conceito e evolução histórica; (2) analisar os fundamentos legais que

tratam da possibilidade de desconstituição do vínculo parental socioafetivo no ordenamento jurídico brasileiro; e (3) investigar o posicionamento dos Tribunais Superiores, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, sobre a temática.

Para alcançar esses objetivos, será utilizado o método dedutivo, que parte de princípios gerais do direito, como a proteção integral da criança, para examinar sua aplicação na desconstituição da paternidade socioafetiva. O método de procedimento adotado será descritivo, e a pesquisa será bibliográfica, analisando doutrina, legislação e jurisprudências relevantes. Cada capítulo abordará uma das questões centrais mencionadas, com o intuito de fornecer uma compreensão aprofundada e crítica da problemática.

2 CONCEITO DE FAMÍLIA

A estrutura familiar tem passado por transformações significativas, refletindo a evolução da sociedade e as novas demandas de seus membros. O modelo tradicional de família, centrado em vínculos biológicos e no casamento, tem cedido espaço a novas formas de constituição familiar, nas quais o afeto e a convivência adquiriram relevância indiscutível tanto no campo social quanto no jurídico.

Anteriormente, a família estava predominantemente associada a vínculos biológicos e ao casamento. Contudo, as mudanças nos valores e padrões sociais resultaram em uma redefinição do conceito de família, que passou a abranger uma multiplicidade de arranjos familiares, exigindo uma adaptação do ordenamento jurídico, especialmente no âmbito do Direito de Família. Conforme destaca Dias (2021), o reconhecimento do afeto como princípio norteador das relações familiares é essencial para garantir a inclusão de diferentes formas de constituição familiar.

Farias e Rosenvald (2021, p. 07) afirmam que:

Deixando a família de ser compreendida como núcleo econômico e reprodutivo (entidade de produção), avança-se para uma compreensão socioafetiva (como expressão de uma unidade de afeto e entreajuda), e surgem, naturalmente, novas representações sociais, novos arranjos familiares. Abandona-se o casamento como ponto referencial necessário, para buscar a proteção e o desenvolvimento da personalidade do homem. É a busca da dignidade humana, sobrepujando valores meramente patrimoniais.

As considerações dos autores refletem a mudança no conceito de família, que deixa de ser vista apenas como uma unidade econômica e reprodutiva e passa a ser compreendida como uma unidade de afeto e entreajuda. Essa nova abordagem é essencial para o reconhecimento jurídico dos arranjos familiares contemporâneos, que, embora diversificados, têm a afetividade como base comum.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a igualdade nas relações familiares, estabelecendo que a família, independentemente de sua constituição, deve ser protegida pelo Estado (art. 226 da CF/88). Esse princípio abriu caminho para o reconhecimento de diferentes arranjos familiares, como os formados pela socioafetividade, que são regulados pelo Direito de Família de forma mais abrangente e inclusiva (MADALENO, 2021).

Por fim, a compreensão da parentalidade fundada na socioafetividade exige que se analise o conceito de família, apresentando um breve panorama sobre suas transformações jurídicas no próximo tópico.

2.1 EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A evolução da estrutura familiar no ordenamento jurídico brasileiro reflete as mudanças sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. A família, antes entendida como uma unidade patriarcal e hierárquica, onde o pai exercia poder absoluto sobre os demais membros, foi transformada pela introdução de novos valores sociais que priorizam o afeto e a dignidade humana.

Venosa (2019) destaca que, em sociedades antigas, a família era frequentemente vista como uma unidade econômica e política, onde o patriarca detinha autoridade sobre todos os membros, incluindo esposa, filhos e servos. Esse modelo refletia os valores dominantes de uma época em que a procriação e a transmissão de bens patrimoniais eram centrais. No entanto, com o tempo, o modelo patriarcal foi sendo substituído por uma visão da família como um espaço de convivência e afeto.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve um reconhecimento formal da igualdade entre os membros da família e da pluralidade de arranjos familiares. A Constituição estabeleceu que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente por homens e mulheres, e que todas as

formas de família têm proteção legal. O Código Civil de 2002 incorporou essas mudanças, consolidando o princípio da dignidade da pessoa humana e o reconhecimento da socioafetividade (DIAS, 2021).

Essa evolução normativa permitiu que o Direito de Família brasileiro abraçasse a diversidade familiar, reconhecendo tanto as relações consanguíneas quanto as socioafetivas. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, ao garantir proteção aos vínculos afetivos estabelecidos, especialmente no que tange à filiação socioafetiva e à impossibilidade de sua desconstituição, salvo em casos excepcionais onde o interesse da criança esteja em risco (GONÇALVES, 2020).

3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA

O Direito de Família é orientado por uma série de princípios fundamentais que encontram respaldo tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em legislações ordinárias, como o Código Civil de 2002 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Esses princípios são cruciais para a interpretação das normas jurídicas que regulamentam as relações familiares, proporcionando uma base sólida para a proteção e a garantia dos direitos das famílias. Dentre esses princípios, destacam-se os da igualdade da filiação, do melhor interesse da criança, da proteção integral à criança e ao adolescente, da afetividade e da igualdade em sentido amplo.

O princípio da igualdade da filiação é um dos pilares do Direito de Família moderno. Consagrado no art. 227, § 6º da Constituição Federal, ele estabelece que todos os filhos, independentemente de sua origem, têm os mesmos direitos e qualificações. O objetivo desse princípio é erradicar qualquer tipo de discriminação entre filhos biológicos, adotivos ou socioafetivos, assegurando tratamento igualitário a todos. Como Gonçalves (2020) pontua, a igualdade da filiação tem papel central na garantia dos direitos familiares e na proteção dos filhos, independentemente da natureza de seus vínculos com os pais.

Além disso, o princípio do melhor interesse da criança, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), orienta todas as decisões que envolvem menores de idade. De acordo com esse princípio, o bem-estar e o desenvolvimento da criança devem ser priorizados em qualquer questão jurídica que a envolva, como disputas de

guarda ou adoção. Conforme Madaleno (2021), esse princípio é uma diretriz fundamental para garantir que crianças cresçam em ambientes saudáveis, onde possam se desenvolver integralmente. Esse cuidado especial reforça a importância de decisões judiciais pautadas na proteção integral da criança.

O princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º do ECA, complementa o princípio do melhor interesse da criança. Ele estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir a proteção absoluta dos direitos das crianças e adolescentes. Esse princípio engloba não apenas a proteção física, mas também o cuidado emocional, psicológico e social dos menores, assegurando que todos os seus direitos sejam respeitados. Segundo Gonçalves (2020), esse princípio reflete a Doutrina da Proteção Integral, que exige um tratamento prioritário e diferenciado a essa faixa etária.

No que diz respeito ao princípio da afetividade, embora não esteja expressamente previsto na Constituição, ele é amplamente reconhecido pela doutrina como um dos princípios fundamentais do Direito de Família contemporâneo. Afetividade refere-se à capacidade de estabelecer e manter vínculos familiares baseados no afeto, sendo um dos fatores que mais influenciam as relações familiares atuais. Venosa (2019) destaca que o afeto é o elemento que legitima as relações dentro da família e que, na ausência de laços biológicos, a afetividade é suficiente para garantir direitos e deveres dentro dessas relações.

A distinção entre afeto e afetividade é relevante. Enquanto o afeto representa o sentimento pessoal entre os indivíduos, a afetividade refere-se a um valor jurídico que garante a proteção dos vínculos familiares. Conforme Dias (2021), esse princípio vem sendo amplamente adotado nos casos de multiparentalidade e filiação socioafetiva, nas quais o laço afetivo é tão relevante quanto o biológico. A legislação brasileira e as decisões judiciais têm reconhecido, cada vez mais, a importância da afetividade na configuração das relações familiares, consolidando-a como um elemento central no Direito de Família.

O princípio da igualdade em sentido amplo é outro ponto fundamental que permeia as relações familiares. Ele não se limita à igualdade entre os filhos, mas também abrange a igualdade entre homens e mulheres no contexto familiar. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, § 5º, estabelece que os direitos e deveres relativos à sociedade conjugal devem ser exercidos de forma igualitária por

ambos os cônjuges. Isso significa que tanto o pai quanto a mãe têm os mesmos direitos e responsabilidades na criação dos filhos, bem como na condução dos aspectos financeiros e emocionais da família.

Esses princípios, em conjunto, formam a base normativa que rege o Direito de Família brasileiro e orientam as decisões judiciais em situações que envolvem a dissolução de vínculos familiares, guarda, adoção, multiparentalidade e paternidade socioafetiva. A aplicação desses princípios visa garantir a proteção integral dos menores e assegurar o respeito aos direitos fundamentais de todos os membros da família, fortalecendo o vínculo socioafetivo e promovendo a justiça nas relações familiares.

3.1 PRINCÍPIO DA IGUALDADE DA FILIAÇÃO

O princípio da igualdade entre os filhos, consagrado no art. 227, § 6º da Constituição Federal, estabelece que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias”. Este princípio busca eliminar qualquer distinção entre filhos biológicos e adotivos, garantindo que todos sejam tratados de forma igualitária. A filiação socioafetiva também é contemplada por este princípio, reconhecendo a validade jurídica dos laços estabelecidos pelo afeto, independentemente da origem biológica.

De acordo com Gonçalves (2020), esse princípio é crucial para a estruturação das relações familiares modernas, uma vez que assegura que todos os filhos recebam o mesmo tratamento e tenham os mesmos direitos, sem qualquer discriminação com base na origem da filiação. Assim, o princípio da igualdade da filiação foi fundamental para identificar sujeitos de direitos anteriormente ignorados pelo ordenamento jurídico, especialmente no contexto da paternidade socioafetiva.

3.2 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

O princípio do melhor interesse da criança, previsto no art. 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), orienta todas as decisões e medidas que envolvam menores de idade, priorizando seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Esse princípio determina que, em qualquer ação ou decisão judicial envolvendo crianças, como disputas de guarda ou filiação, deve-se considerar o que é mais benéfico para a criança, levando em conta suas necessidades físicas, emocionais, psicológicas, educacionais e sociais (MADALENO, 2021).

Esse princípio é amplamente aplicado nas decisões judiciais, conforme Venosa (2019), e assegura que todas as medidas, seja em relação à filiação biológica ou socioafetiva, considerem primordialmente o desenvolvimento saudável da criança. Assim, qualquer tentativa de desconstituição de um vínculo parental deve ser analisada sob a ótica do que é melhor para o menor envolvido, garantindo que seu bem-estar seja sempre preservado.

3.3 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O princípio da proteção integral, expresso no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Isso inclui o direito à convivência familiar, à educação, à saúde e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência ou opressão.

Segundo Gonçalves (2020), esse princípio reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e precisam de proteção especial devido à sua condição peculiar de desenvolvimento. O conceito de proteção integral, previsto no art. 1º do ECA, também é um desdobramento da Doutrina da Proteção Integral, adotada pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (DIAS, 2021). O reconhecimento da paternidade socioafetiva e a impossibilidade de sua desconstituição, salvo em casos excepcionais, refletem a aplicação desse princípio, visando sempre ao bem-estar do menor.

3.4 PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O princípio da afetividade, embora não esteja expressamente previsto na Constituição Federal, é amplamente reconhecido pela doutrina como um dos pilares do Direito de Família contemporâneo. A afetividade diz respeito aos laços emocionais

e de cuidado que se estabelecem entre os membros de uma família, sendo fundamental para a constituição das entidades familiares e para o convívio entre seus integrantes.

Venosa (2019) afirma que o afeto é o elemento central nas relações familiares, seja na união estável, na família anaparental, na adoção ou na filiação socioafetiva. A legislação e a jurisprudência brasileiras têm valorizado cada vez mais o afeto nas decisões envolvendo questões familiares, como pode ser visto na multiparentalidade e na consolidação da filiação socioafetiva (GONÇALVES, 2020). O afeto é, portanto, o elemento que legitima os direitos e deveres que surgem nas relações familiares, sendo um princípio essencial na configuração jurídica da família atual.

É importante diferenciar afeto de afetividade, como lembra Dias (2021). O afeto diz respeito ao sentimento pessoal entre indivíduos, enquanto a afetividade refere-se à capacidade de criar e manter vínculos, sendo um valor jurídico que orienta a proteção das relações familiares baseadas no cuidado e na convivência. O princípio da afetividade, portanto, transcende o mero afeto entre os membros da família e torna-se um norteador das decisões jurídicas que visam garantir a estabilidade e proteção dessas relações.

3.5 DAS MODALIDADES DE FILIAÇÃO

O conceito de filiação no ordenamento jurídico brasileiro passou por mudanças significativas, adaptando-se às transformações sociais e aos novos formatos familiares. Atualmente, a filiação não se restringe apenas aos vínculos biológicos ou à adoção formal, mas também abrange relações formadas pela afetividade. O Direito de Família brasileiro reconhece o valor dos laços de afeto, que podem se sobrepor aos vínculos consanguíneos, refletindo uma realidade mais inclusiva e humanizada das relações parentais.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi proibida qualquer forma de discriminação entre filhos. Todos possuem os mesmos direitos e qualificações, independentemente de sua origem biológica, adotiva ou socioafetiva. Essa igualdade jurídica é um reflexo dos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e de proteção integral à criança, que orientam a regulamentação das relações familiares. A evolução do conceito de filiação se alinha à despatrimonialização do

Direito de Família, onde os laços afetivos são reconhecidos e protegidos pelo ordenamento jurídico.

A filiação biológica, por muitos anos, foi o principal modelo de vínculo parental no Brasil. Sob a vigência do Código Civil de 1916, os filhos eram classificados como legítimos, ilegítimos ou legitimados, e essa categorização implicava diferentes direitos e deveres. No entanto, com a Constituição de 1988, tais classificações foram abolidas, assegurando a igualdade entre todos os filhos, independentemente da forma de constituição familiar. Atualmente, a filiação biológica é apenas uma das modalidades reconhecidas, e o parentesco também pode se estabelecer por adoção ou afetividade, sendo todos os tipos de filiação igualmente protegidos pela lei.

A filiação socioafetiva é uma das grandes inovações do Direito de Família contemporâneo. Ela decorre de laços de afeto e convivência estabelecidos entre pais e filhos, sem a necessidade de vínculo biológico. O reconhecimento da socioafetividade tem fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, na proteção integral à criança e no direito à convivência familiar. A doutrina e a jurisprudência brasileiras têm consolidado esse entendimento, garantindo que os vínculos afetivos gerem os mesmos direitos e deveres que os laços consanguíneos. Segundo Madaleno (2021), a filiação socioafetiva não apenas complementa, mas pode, em determinados casos, prevalecer sobre a filiação biológica, principalmente quando é o melhor interesse da criança.

Dessa forma, a socioafetividade se baseia na convivência cotidiana, no cuidado mútuo e no afeto entre os membros da família. Esse vínculo é construído ao longo do tempo e se reflete em uma relação de parentesco que atribui direitos e deveres recíprocos entre pais e filhos. O reconhecimento legal da filiação socioafetiva é um avanço significativo, pois permite que a criança seja protegida por todos aqueles que desempenham, de fato, o papel de pai ou mãe, independentemente de vínculos biológicos. Isso promove um ambiente familiar mais inclusivo e seguro para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança.

É importante destacar que o parentesco por socioafetividade é regido pela convivência e pela afetividade. Para que a parentalidade socioafetiva seja reconhecida, é fundamental a existência de uma relação contínua e estável entre as partes, demonstrando que o vínculo afetivo é autêntico e duradouro. Como Madaleno (2021) afirma, “a afetividade é a mola propulsora dos relacionamentos familiares”, e

essa base emocional é o que legitima o reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva. Em muitos casos, os laços de afeto prevalecem sobre os consanguíneos, refletindo a valorização do bem-estar da criança e do adolescente no âmbito familiar.

Portanto, o reconhecimento da filiação socioafetiva reflete uma mudança paradigmática no Direito de Família, ao valorizar os laços afetivos e a convivência cotidiana na constituição das relações parentais. Esse conceito vai além da origem biológica, promovendo a inclusão e a proteção de todos os membros da família, com base na afetividade e no compromisso mútuo. Em um contexto em que a estrutura familiar se torna cada vez mais diversificada, o reconhecimento da socioafetividade representa um avanço jurídico e social, garantindo direitos e deveres a partir dos vínculos afetivos e contribuindo para o desenvolvimento integral da criança.

3.6 SURGIMENTO DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NO DIREITO BRASILEIRO ALÉM DOS VÍNCULOS BIOLÓGICOS

A primeira questão a ser destacada é que o critério socioafetivo de filiação tem sido o fator determinante para o reconhecimento da paternidade socioafetiva, uma vez que ela decorre da convivência familiar baseada em laços de afeto, cuidado e solidariedade. A afetividade é, portanto, a essência que fundamenta a relação parental na nova ordem jurídica.

Cassettari (2017) ressalta que é a afetividade que impõe, no contexto jurídico atual, o direito fundamental à convivência familiar, um princípio consagrado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Essa convivência é o alicerce das relações familiares, construídas muito além dos laços biológicos, e reflete o compromisso mútuo entre pais e filhos em sua dimensão afetiva.

De acordo com Dias (2021, p. 381), a filiação socioafetiva “[...] revela a constância social da relação entre pais e filhos, caracterizando uma paternidade que existe não pelo simples fato biológico ou por força de presunção legal, mas em decorrência de uma convivência afetiva”. Isso destaca que a filiação não se limita a laços sanguíneos, mas se manifesta no dia a dia da relação parental, no cuidado, na orientação e no amor dispensado à criança ou ao adolescente.

O Código Civil, em seu art. 1.593, amplia a concepção de parentesco ao reconhecer como válido o vínculo cível, que pode ser estabelecido independentemente da consanguinidade. Farias e Rosenvald (2021) afirmam que este dispositivo contempla a possibilidade de origem socioafetiva, que não se limita aos vínculos estabelecidos entre padrastos e madrastas, mas também abrange outras formas de parentalidade, como a decorrente da gestação por substituição, amplamente debatida em cenários de reprodução assistida.

Madaleno (2021) observa que o parentesco, de fato, é uma construção cultural e social, originada de laços de afeto, dedicação e responsabilidade. Surge daí a figura do “pai psicológico”, aquele que, embora não tenha vínculo biológico, exerce plenamente a função parental, como pai ou mãe, atuando no cuidado e na criação da criança. Para o autor, o verdadeiro sentido de paternidade e maternidade reside nos laços emocionais e culturais, e não exclusivamente na genética. Essa construção socioafetiva transforma a filiação em uma relação baseada no afeto cultivado ao longo do tempo, muitas vezes ausente na filiação puramente biológica.

Portanto, a filiação socioafetiva, conforme argumentam Farias e Rosenvald (2021), é a forma de parentesco mais significativa, pois reflete o elo profundo e emocional entre pais e filhos, que vai além da genética e constitui uma verdadeira paternidade ou maternidade, sob a perspectiva dos genitores. Esses laços emocionais promovem estabilidade e bem-estar para a criança, sendo reconhecidos e protegidos pelo Direito brasileiro.

3.7 O PAPEL DOS VÍNCULOS BIOLÓGICOS NA PATERNIDADE

Apesar da crescente relevância da paternidade socioafetiva, é importante destacar que os vínculos biológicos ainda desempenham um papel significativo no contexto da filiação. Historicamente, a paternidade biológica foi considerada o critério principal para definir as relações parentais, principalmente antes da Constituição de 1988. No entanto, essa concepção evoluiu, e hoje os laços biológicos e socioafetivos coexistem como formas legítimas de constituição familiar.

A paternidade biológica, baseada nos laços de sangue, é geralmente a primeira abordagem quando se trata da presunção de parentesco, especialmente nos casos de disputas de guarda, pensão alimentícia e direitos sucessórios. A identificação do

vínculo biológico pode ser realizada através de exames de DNA, amplamente aceitos pelos tribunais como prova irrefutável de parentesco. No entanto, como lembra Venosa (2021), a existência do vínculo genético, por si só, não é suficiente para definir a paternidade, uma vez que a responsabilidade parental depende também do compromisso afetivo e da presença constante na vida da criança.

O Código Civil brasileiro, no entanto, ao consagrar a igualdade entre filhos (art. 227, § 6º da Constituição), eliminou a distinção entre filhos biológicos, adotivos e socioafetivos, assegurando que todos gozem dos mesmos direitos. Isso representa uma evolução no conceito de paternidade, reconhecendo que os laços genéticos podem coexistir com os afetivos, mas sem prevalecer sobre eles em termos de direitos e deveres.

Portanto, embora o vínculo biológico continue sendo importante, especialmente em questões ligadas à herança e à prova de filiação, o reconhecimento da paternidade socioafetiva demonstra que a paternidade verdadeira se dá na convivência e no afeto, refletindo uma visão mais abrangente e inclusiva do que significa ser pai ou mãe no contexto jurídico contemporâneo.

3.8 A (IM)POSSIBILIDADE DA DESCONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Assim como qualquer outra questão nova para o jurídico, a paternidade socioafetiva e todos os seus desdobramentos foram aos poucos conquistando espaço no nosso ordenamento jurídico. De início, avaliava-se e utilizava-se como prova o estabelecimento da filiação, caminhando em passos para a posse de estado de filho, que hoje já é visto como elemento determinante para a solução do conflito.

Gradualmente, a doutrina e a jurisprudência brasileira têm incorporado a paternidade socioafetiva como um elemento determinante na resolução de conflitos envolvendo filiação. Esse reconhecimento jurídico tem permitido que os vínculos afetivos sejam considerados com a mesma relevância que os vínculos biológicos, ampliando as possibilidades de proteção e garantia dos direitos dos filhos, ou seja, o entendimento é no sentido de que se faz possível reconhecer a paternidade socioafetiva de forma isolada ou concomitante, não raras vezes fazendo constar, ao lado da paternidade biológica, o vínculo pautado no afeto.

Em meio a esse cenário, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se posicionou quanto à impossibilidade de revolvimento da análise probatória, em virtude da Súmula nº 07 dessa Corte, quando a parte busca a desconstituição do vínculo socioafetivo que, outrora, fora reconhecido de forma espontânea (BRASIL, 2018). Logo, embora a Corte não tenha adentrado em argumentos favoráveis e contrários à desconstituição, demonstra que o fato de o filho ter sido reconhecido sem qualquer erro ou vício, e configurada a socioafetividade, impõe a manutenção do vínculo e, conseqüentemente, a sua não desconstituição, conforme se verifica da ementa abaixo colacionada:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. EXAME DE DNA. PATERNIDADE BIOLÓGICA AFASTADA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA DEMONSTRADA. REGISTRO FEITO DE FORMA LIVRE E ESPONTÂNEA. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada. 2. É imune ao crivo do recurso especial a conclusão do acórdão de segundo grau pela inocorrência de erro ou vício no reconhecimento de filho de terceiro e pela configuração de paternidade socioafetiva, a teor do verbete nº 7, da Súmula desta Corte. 3. Agravo interno a que se nega provimento (BRASIL. STJ - AgInt no REsp: 1565135 SC, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, pub. 23 fev. 2018).

Por conseguinte, a mesma Corte já se manifestou favorável à desconstituição do vínculo biológico quando não se estabeleceu o vínculo socioafetivo e o reconhecimento da paternidade se deu por erro, ou seja, a vontade manifestada quando do reconhecimento foi maculada por coação, erro, dissimulação ou outro meio.

Tais considerações são importantes, pois permitem uma conclusão preliminar: somente é possível desconstituir a filiação biológica, no entendimento do STJ, se o reconhecimento que se deu de forma viciada não levou à constituição da filiação socioafetiva. Essa perspectiva reflete a complexidade das questões envolvidas no âmbito da filiação, reconhecendo não apenas os laços biológicos, mas também a importância dos vínculos afetivos estabelecidos ao longo do tempo, na medida em que a noção de filiação socioafetiva destaca a relevância das relações construídas no ambiente familiar, independentemente dos laços genéticos (MADALENO, 2021).

Desta feita, ainda que eventual exame pericial, a exemplo do DNA, comprove que inexistente vínculo biológico entre o pai e o filho, o fato de ter se estabelecido vínculo socioafetivo entre os envolvidos obsta a desconstituição da paternidade, no entender do STJ. Logo, verifica-se que não há como desconstituir o vínculo socioafetivo à luz do entendimento do referido tribunal.

Dando seguimento, cumpre registrar que não foram encontradas, no âmbito da mais alta Corte, ou seja, do Supremo Tribunal Federal (STF), decisões que versem sobre a desconstituição da filiação socioafetiva, motivo pelo qual centrou-se a análise no âmbito do STJ. Contudo, o STF pacificou a questão ao reconhecer a supremacia da afetividade na constituição da filiação, estabelecendo que o vínculo socioafetivo deve prevalecer quando presente.

Nesse contexto, verificou-se que é pacífico o entendimento quanto à impossibilidade de desconstituição do vínculo socioafetivo, em situações, por exemplo, em que a parte busca desconstituir a paternidade afastando a biológica, mas no cenário demonstram-se laços afetivos entre pai e filho. Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais é claro:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO DE FAMÍLIA - AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - PATERNIDADE BIOLÓGICA AFASTADA - PATERNIDADE SOCIOAFETIVA COMPROVADA - ALIMENTOS - MANUTENÇÃO - COMPROVAÇÃO DA RENDA FORMAL DO ALIMENTANTE - FIXAÇÃO SOBRE OS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO GENITOR. - Afastado por exame de DNA o vínculo sanguíneo entre os envolvidos, mas comprovado pelo caderno probatório a relação paterno-filial socioafetiva, a manutenção da filiação reconhecida na certidão de nascimento, é medida que se impõe - Inexistindo provas suficientes de modo a justificar a diminuição do quantum alimentar arbitrado ao filho menor, mantém-se a verba alimentar fixada em primeiro grau de observância ao trinômio alimentar proporcionalidade-necessidade-possibilidade (MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. AC 51326216320208130024, Relator Desembargador Delvan Barcelos Júnior, 8ª Câmara Cível Especializada, pub. 23 jun. 2023).

No mesmo sentido, já se posicionou o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao analisar pleito que buscava a desconstituição da paternidade biológica. A Corte entendeu que, presentes os laços de parentalidade firmados no afeto, não há que se falar em afastamento do vínculo biológico, especialmente porque não houve qualquer comprovação de vício no reconhecimento da filiação. Conforme ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. REVOGAÇÃO DA FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. PATERNIDADE RECONHECIDA, VOLUNTARIAMENTE PELO AUTOR. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. Em não comprovado vício de vontade no reconhecimento voluntário de paternidade, o vínculo formal de filiação permanece hígido, mesmo que não haja mais vínculo afetivo entre as partes, mesmo, ainda, ante a inexistência de vínculo biológico, razão pela qual mantém-se os alimentos, nos termos em que fixados pela origem (RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. AI: 52555970620228217000, Relator Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, 7ª Câmara Cível, pub. 14 dez. 2022).

Decisões semelhantes foram também proferidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, como no seguinte julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL AJUIZADA PELO PAI REGISTRAL EM FACE DA GENITORA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO PARCIAL DE MÉRITO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA RELATIVA AOS PEDIDOS REMANESCENTES DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. RECURSO DO REQUERENTE. [...] RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO POR ATO VOLUNTÁRIO DO PAI REGISTRAL QUE PRESCINDE DA PROVA DA ORIGEM GENÉTICA. [...] ILICITUDE NÃO CARACTERIZADA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO” (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. AC: 00059531020138240045, Relator: Denise Volpato, Data de Julgamento: 17/09/2019, Sexta Câmara de Direito Civil).

As três decisões comentadas acima permitem identificar que a harmonização entre os princípios estabelecidos pelo Código Civil de 2002 e pela Constituição Federal de 1988 é fundamental para entender os requisitos necessários quando se discute a desconstituição da paternidade. Segundo esses preceitos, a procedência de qualquer ação de desconstituição da paternidade deve passar pela demonstração concomitante da inexistência de vínculo biológico e da não constituição do estado de filiação socioafetiva, cujo embasamento reside nas intensas relações socioafetivas construídas no convívio familiar.

Ademais, o Código Civil estabelece as bases legais que regem as relações familiares e, nesse contexto, ressalta a importância de considerar não apenas os laços genéticos, mas também as relações afetivas que moldam as dinâmicas familiares. Dessa forma, a negativação da paternidade não pode se fundamentar exclusivamente na ausência de conexão biológica, sendo necessário comprovar que o estado de

filiação, marcado pelas relações socioafetivas, não foi efetivamente constituído. Nesse ponto, o vínculo biológico, quando desacompanhado de afeto, pode ser desconstituído, mas a filiação socioafetiva, uma vez estabelecida, tende a prevalecer.

A Constituição Federal assegura a proteção da família como instituição fundamental da sociedade, reconhecendo a pluralidade de formas de constituição familiar, inclusive aquelas baseadas em vínculos socioafetivos. Assim, qualquer decisão em uma ação negatória de paternidade deve estar em conformidade com esses princípios constitucionais, garantindo o respeito aos laços familiares efetivamente estabelecidos.

Portanto, é imperativo compreender que a pretensão de impugnação da paternidade não pode prosperar exclusivamente com base na origem genética, ignorando ou entrando em conflito com a paternidade socioafetiva. A análise jurídica e a decisão judicial devem considerar a complexidade das relações familiares, reconhecendo a coexistência e a interação entre diferentes elementos, como laços biológicos e relações afetivas, na formação do estado de filiação, em virtude do papel exercido pelo afeto na atualidade.

Não se pode negligenciar a importância do afeto nas relações familiares, especialmente no instituto da filiação, que é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento saudável e equilibrado das dinâmicas familiares. O afeto transcende a mera ligação biológica e desempenha uma relevante função na formação de laços significativos e duradouros entre os membros de uma família (MADALENO, 2021).

No contexto da filiação, o afeto constitui um elemento fundamental na configuração do estado de filiação socioafetiva. Este conceito transcende os vínculos genéticos, englobando as relações afetivas estabelecidas através da convivência, do cuidado e do apoio emocional.

Ademais, a compreensão contemporânea das relações familiares destaca que não deve haver uma preponderância automática entre a filiação socioafetiva e a biológica. O reconhecimento de que ambas as formas de filiação desempenham papéis significativos na vida de uma criança ou adolescente é fundamental para uma abordagem mais equilibrada e centrada no bem-estar daqueles envolvidos.

O princípio norteador nessas questões é o melhor interesse da criança ou adolescente. Em situações em que há uma relação socioafetiva estabelecida,

desconstituir esse vínculo pode ser prejudicial ao desenvolvimento emocional e psicológico do menor envolvido. Por outro lado, quando a filiação biológica é relevante e contribui para o bem-estar da criança, deve ser devidamente considerada (LÔBO, 2021).

Essa perspectiva destaca a necessidade de uma análise caso a caso, priorizando o bem-estar da criança ou adolescente. O reconhecimento de que não há uma hierarquia rígida entre os diferentes tipos de filiação reflete uma compreensão mais matizada das complexidades envolvidas nas relações familiares.

Ao não desconsiderar automaticamente o vínculo socioafetivo, mesmo quando há uma filiação biológica presente, reconhece-se que ambas as formas de filiação podem coexistir e contribuir para o desenvolvimento saudável da criança. A decisão sobre qual forma de filiação deve prevalecer deve ser guiada pelo entendimento do que é mais benéfico para o menor em questão, levando em consideração sua estabilidade emocional, desenvolvimento cognitivo e demais aspectos que afetam seu melhor interesse.

Assim, a impossibilidade de desconstituição do vínculo socioafetivo destaca a importância e a estabilidade das relações fundamentadas em afeto e convivência familiar. Reconhecendo a complexidade das interações humanas, especialmente no contexto da filiação, a jurisprudência atual tem enfatizado que, mesmo diante da eventual dissolução do vínculo biológico, a preservação do elo socioafetivo é crucial para o desenvolvimento emocional e psicológico das partes envolvidas, especialmente das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo demonstrou a evolução significativa do direito de família no que se refere ao reconhecimento da filiação socioafetiva. Ficou evidente que a jurisprudência, ao abordar casos relacionados à desconstituição da paternidade socioafetiva, destaca a importância da manutenção dos laços afetivos em consonância com o melhor interesse da criança ou adolescente envolvido.

O Superior Tribunal de Justiça, em particular, sinalizou que a Súmula nº 07 impede o reexame da análise probatória, ressaltando que, uma vez reconhecida de forma espontânea a paternidade socioafetiva, esta deve ser mantida, mesmo quando

há posterior contestação. Essa posição se fortalece ao considerar que a desconstituição do vínculo socioafetivo não é admitida quando fundamentada apenas na ausência de vínculo biológico, sendo necessário demonstrar a não constituição do estado de filiação.

Portanto, a jurisprudência, ao incorporar o princípio do melhor interesse da criança, reforça a ideia de que a filiação socioafetiva, mesmo em paralelo à biológica, é valiosa para o desenvolvimento emocional e psicológico, corroborando com a compreensão contemporânea das complexidades das relações familiares. Assim, a impossibilidade de desconstituição do vínculo socioafetivo destaca a primazia do afeto e da estabilidade das relações construídas ao longo do tempo, proporcionando um panorama mais equilibrado e humano no tratamento de questões familiares.

Em conclusão, este estudo demonstrou que a jurisprudência brasileira tem se posicionado de forma a valorizar e proteger os laços socioafetivos, reconhecendo-os como fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, mesmo diante de eventual desconstituição do vínculo biológico. Essa abordagem reflete uma evolução significativa na compreensão das complexas dinâmicas familiares, priorizando o bem-estar emocional e a estabilidade das relações construídas com base no afeto.

A discussão sobre a (im)possibilidade da desconstituição da paternidade socioafetiva no direito brasileiro reflete as mudanças no conceito de família e filiação, em que o afeto passou a desempenhar um papel central nas relações parentais. A crescente importância da afetividade e o reconhecimento jurídico de vínculos socioafetivos como equivalentes aos vínculos biológicos trouxeram novos desafios para o Direito de Família, principalmente no que se refere à estabilidade e à manutenção desses laços, mesmo em situações de contestação.

Segundo Cavalieri Filho (2020), a evolução do conceito de filiação não pode ser dissociada das transformações culturais e sociais que colocam o afeto no centro das relações familiares. A filiação socioafetiva é construída na convivência cotidiana, no cuidado e no vínculo emocional, sendo muitas vezes mais relevante para a criança do que a filiação biológica. Essa mudança é refletida no reconhecimento jurídico de que a paternidade não se define apenas por laços de sangue, mas também por laços de afeto, protegidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana e pela proteção integral da criança, consagrados na Constituição Federal de 1988.

No âmbito da doutrina, Teixeira (2021) argumenta que a filiação socioafetiva é um reflexo da repersonalização das relações de família, em que o ser humano passa a ser o centro das relações jurídicas, superando o enfoque patrimonialista que prevalecia anteriormente. A repersonalização, que está alinhada com os direitos fundamentais, especialmente os relacionados à proteção da infância, impede que se façam distinções entre os diferentes tipos de filiação, incluindo a biológica, a adotiva e a socioafetiva. Esse princípio impede a desconstituição arbitrária do vínculo socioafetivo, uma vez que tal rompimento poderia causar danos irreparáveis à criança.

Além disso, o conceito de posse de estado de filho, tratado por Albuquerque (2020), reforça a ideia de que a filiação socioafetiva é legitimada pela convivência familiar contínua e pelo reconhecimento social da relação parental. A doutrina aponta que a posse de estado de filho consolida o vínculo entre pai e filho no aspecto emocional e jurídico, sendo um elemento crucial na análise de pedidos de desconstituição de paternidade. Nesse contexto, a jurisprudência brasileira, especialmente por meio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem mantido a irreversibilidade do vínculo socioafetivo, desde que a posse de estado esteja configurada.

A jurisprudência também enfatiza a prevalência do princípio do melhor interesse da criança, que deve nortear todas as decisões relacionadas à desconstituição da filiação. Segundo Silva (2022), ao considerar o impacto emocional que o rompimento de uma relação socioafetiva poderia causar, o judiciário brasileiro tem reafirmado que o vínculo afetivo, muitas vezes, prevalece sobre o biológico. O bem-estar da criança é o valor supremo a ser protegido, e a manutenção de uma relação socioafetiva estabelecida é vista como crucial para o seu desenvolvimento emocional e psicológico.

Por outro lado, é importante discutir as exceções à regra da irreversibilidade da filiação socioafetiva. Em situações onde o reconhecimento da paternidade foi fruto de erro ou coação, a desconstituição pode ser admitida. Araujo (2021) afirma que a proteção da vontade livre e consciente é essencial para a validade do reconhecimento de paternidade, seja ela biológica ou socioafetiva. Quando o consentimento foi viciado, a jurisprudência brasileira permite a revisão do registro, considerando, no entanto, o interesse superior da criança.

Esse ponto é reforçado por Neves (2021), que destaca que a desconstituição da paternidade deve ser tratada com extrema cautela, especialmente quando há uma relação afetiva consolidada entre o pai e a criança. O rompimento de um vínculo afetivo pode gerar profundas consequências psicológicas para o menor, que se vê privado de uma figura parental com a qual estabeleceu uma relação de confiança e dependência. Assim, a regra geral deve ser a manutenção da filiação socioafetiva, salvo casos excepcionais onde a desconstituição seja mais benéfica ao menor envolvido.

Ainda que a filiação biológica continue a desempenhar um papel importante, principalmente em questões ligadas ao direito sucessório, a tendência é que o vínculo socioafetivo ganhe cada vez mais destaque. Segundo Menezes (2022), a evolução das técnicas de reprodução assistida e o aumento das famílias formadas por casais homoafetivos, que não possuem vínculo biológico com seus filhos, impulsionam o reconhecimento da socioafetividade como uma realidade jurídica consolidada. O afeto, portanto, transforma-se no elemento fundamental da parentalidade moderna, protegendo juridicamente as novas configurações familiares.

Outro aspecto relevante é a questão da irrevogabilidade do reconhecimento da paternidade socioafetiva. Miranda (2021) destaca que o reconhecimento espontâneo de paternidade, seja ele biológico ou afetivo, é irrevogável, conforme o artigo 1.609 do Código Civil. Essa regra visa garantir a segurança jurídica e a estabilidade nas relações familiares, protegendo a criança de disputas que possam comprometer sua estabilidade emocional. O rompimento do vínculo socioafetivo, quando não há vício no consentimento, só pode ser admitido em situações extremas, onde o próprio interesse da criança ou adolescente esteja em risco.

Por fim, a coexistência de filiações biológica e socioafetiva, como apontado por Lima (2020), é cada vez mais comum nas famílias brasileiras contemporâneas. O ordenamento jurídico tem se adaptado para lidar com essas novas demandas, garantindo que ambos os tipos de filiação possam ser reconhecidos simultaneamente, desde que isso seja o mais benéfico para a criança. A multiparentalidade, fruto dessa evolução, reflete a pluralidade das relações familiares modernas, onde o biológico e o afetivo coexistem e se complementam.

Portanto, a (im)possibilidade de desconstituição da paternidade socioafetiva deve ser analisada à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa

humana, do melhor interesse da criança e da proteção integral. A afetividade, como elemento central nas relações familiares, configura um vínculo de filiação que deve ser protegido e mantido, salvo em circunstâncias excepcionais. As decisões judiciais devem, assim, preservar o equilíbrio entre os direitos das partes envolvidas e, sobretudo, garantir que o bem-estar da criança seja o foco principal, evitando que a desconstituição de laços afetivos cause prejuízos irreparáveis ao seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, André de. **Posse de estado de filho e sua relevância jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

ARAUJO, Rodrigo. **Erro e vício de consentimento no reconhecimento de paternidade**. São Paulo: Saraiva, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%EAo_Compilado.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no REsp: 1565135 SC 2015/0279756-7**, Relatora Ministra Maria Isabel Galltti, Quarta Turma, publ. 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/549631636>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no REsp: 1755970 MG 2018/0186242-8**, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, publ. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1922822896>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **A afetividade e o direito de família brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**, v. 5. 37. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de direito civil: direito de família**, v. 6. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

LIMA, Pedro. **Multiparentalidade no direito brasileiro: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MENEZES, Rafael. **Famílias homoafetivas e o reconhecimento jurídico dos laços socioafetivos**. Salvador: Juspodivm, 2022.

MIRANDA, Cláudia. **Irrevogabilidade do reconhecimento de paternidade no direito de família**. São Paulo: Método, 2021.

NEVES, Joana. **Consequências psicológicas da desconstituição da paternidade socioafetiva**. Florianópolis: Insular, 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 51326216320208130024**, Relator Desembargador Delvan Barcelos Júnior, 8ª Câmara Cível Especializada, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/1876564378>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **AI: 52555970620228217000 LAJEADO**, Relator Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, Sétima Câmara Cível, publ. 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/1747883681>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **AC: 00059531020138240045 PALHOÇA** 0005953-10.2013.8.24.0045, Relator: Denise Volpato, Sexta Câmara de Direito Civil, publ. 17 de set. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sc/762543402>. Acesso em: 26. mai. 2024.

SILVA, Fernanda. **O melhor interesse da criança na filiação socioafetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TEIXEIRA, Eduardo. **Repersonalização do direito de família: entre afeto e biologia**. Curitiba: Juruá, 2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**, v. 6. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019.